

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO ESTADUAL DE**
2 **DEFESADOS INTERESSES DIFUSOS — CEG/FEID**

3 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA — 18 de Outubro de 2023**

4 Ao décimo oitavo dia do mês de Outubro de dois mil e vinte e três, às 16h00, em
5 formato *online* através do *link* disponibilizado por *e-mail* para todos os (as)
6 conselheiros (as), deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor
7 do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos do Paraná, fizeram-se
8 presentes **Governamentais:** JANE VASQUES (SEJU); SIBELI CAMARGO VICKI
9 (SEFA); MATHEUS MUNHOZ (DEFENSORIA PÚBLICA); ROBERTO
10 (PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO). **Sociedade Civil:** MARCEL JERONYMO
11 LIMA OLIVEIRA (GRUPO DIGNIDADE). **Colaboradores (as):** NAIRA OLIVEIRA
12 (SEJU); RAQUEL OSOWSKI (MPPR); RAUL CHRISTIANO DE OLIVEIRA
13 SANCHEZ (SECRETÁRIO DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO); ELNATAN FERREIRA
14 DE OLIVEIRA (SECRETÁRIO EXECUTIVO DO FID/SP). **Justificativa de**
15 **Ausência:** Não foram apresentadas justificativas de ausência. **1. Abertura:** A
16 princípio, Naira saudou a todos e todas e deu início à Reunião Ordinária do
17 Conselho Estadual Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos do
18 Paraná — CEG/FEID. **2. Aprovação da pauta:** Naira questionou se todos (as)
19 estavam de acordo com a pauta encaminhada — sem manifestações, pauta
20 aprovada. **3. Aprovação da ata da reunião de abril/2023:** Naira informou que a ata
21 foi encaminhada via *e-mail* para todos (as) e caso tivessem alguma objeção ou
22 inclusão a serem feitas, deviam manifestá-las — sem manifestações ou ressalvas, a
23 ata foi aprovada pelo pleno. **4. Aprovação da Ata da Reunião da Comissão de**
24 **Acompanhamento Legislativo:** A seguir, Naira informou que a ata também foi
25 encaminhada via *e-mail* e caso tivessem alguma objeção ou inclusão a serem feitas,
26 deviam manifestá-las — sem manifestações ou ressalvas, a ata foi aprovada pelo
27 pleno. **5. Conversa com o Secretário Executivo do Fundo de São Paulo, Dr.**
28 **Raul Christiano de Oliveira Sanchez e participação de Elnatan Ferreira de**
29 **Oliveira:** Inicialmente, Raul informou que o Fundo existe desde 1989 e é muito

30 importante em São Paulo, especialmente para pequenos municípios e tem sido um
31 caminho importante para eixos significativos, como na área da sustentabilidade,
32 preservação e recuperação da memória histórica. Neste momento, Raul informou
33 que estavam debruçados em análises de 450 projetos que foram recebidos pela
34 Secretaria a partir de um Edital publicado ao fim de 2021, em sua maioria municípios
35 e o restante de entidades. Os projetos atenderam os municípios com valores de até
36 1 Milhão de Reais. O processo já estava praticamente concluído e agora, dia 1 de
37 Novembro será dado início nas aprovações das primeiras levas e espera-se que até
38 o fim do ano sejam feitos os convênios com cada um dos municípios, para assim,
39 darem início às etapas de licitação e concorrência pública para executarem o que foi
40 proposto em edital. Naira indicou que uma das perguntas elaboradoras pelo CG foi
41 com relação a evolução do caixa e como é feita a destinação do dinheiro do Fundo
42 para recuperar o bem lesado oriundo dessa verba específica. Elnatan respondeu
43 que evolução do caixa depende das condenações dos casos transitados em julgado
44 e informou que o Fundo foi criado em 1989, mas foi criado no Ministério Público do
45 Estado de São Paulo e ficou lá durante 20 anos, ou seja, somente em 2009 foi
46 alocado na Secretaria da Justiça de São Paulo. Então, há uma variação anual do
47 caixa do Fundo, sendo recebido do MPSP com cerca de 36 Milhões de Reais e
48 depois da transferência para a Secretaria houve a evolução do caixa, onde no
49 primeiro ano foi 300% e as variações posteriores sendo dependentes dos
50 julgamentos dos casos. Raquel pontuou que verificou que o Fundo recebe tanto dos
51 Idosos, quanto do Meio Ambiente e não há um fundo separado para o Meio
52 Ambiente. Elnatan respondeu que há um Fundo na Secretaria do Meio Ambiente e
53 Fundo Difuso abrange Meio Ambiente, Idosos e Pessoas com Deficiência. Raul
54 informou que no Conselho há a representação da Secretaria de Meio Ambiente,
55 Infraestrutura e Logística, Secretaria da Cultura, Secretaria de Desenvolvimento
56 Social, Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência, Secretaria da Fazenda,
57 além da PGE, MPSP, OAB, Associação dos Advogados Cristãos e participações da
58 Sociedade Civil. Raquel perguntou se o FID/SP consegue vincular a receita com o
59 projeto específico de recuperação de um determinado bem, ou seja, aplicar os

60 recursos diretamente nos objetos lesados. Raul respondeu que nos casos de
61 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) pode haver um acordo no município no
62 sentido de que, aquele recurso oriundo de multa, seja destinado a um Fundo local
63 que possa contemplar e realizar o reparo. No entanto, quando o recurso entra no
64 FID, automaticamente carece de um Edital específico para ser liberado, assim,
65 abrindo chances para outros interesses, municípios e entidades que tenham
66 problemas que se caracterizem dentro dos eixos dispostos. Marcel contextualizou
67 que o FEID/PR estava iniciando sua atuação e a lei ainda estava montando um
68 caixa, assim, questionou qual era o saldo e objeto em que foi publicado o primeiro
69 Edital do FID/SP. Elanatan respondeu que o primeiro Edital foi em 2010 com um
70 saldo de 51 Milhões de Reais em caixa, no segundo Edital, em 2013, haviam 80
71 Milhões de Reais e em 2017, havia aproximadamente 100 Milhões de Reais e
72 atualmente, há um caixa disponível de 349 Milhões de Reais para atender os
73 projetos em andamento. Em seguida, Marcel questionou se dão as discussões no
74 Conselho e qual a porcentagem no que se refere ao apoio aos Municípios/Órgãos
75 Públicos e à Sociedade Civil/Terceiro Setor. Por fim, Marcel solicitou que fossem
76 encaminhados os Editais publicados pelo FID/SP para que o Estado do Paraná
77 tenha um documento para embasamento. Elnatan respondeu que os Editais não são
78 Fundo a Fundo, pois os municípios são atendidos na ponta e após a avaliação
79 técnica dos projetos, são encaminhados para o Conselho Gestor verificar questões
80 de habilitação e classificação porque o número de projetos é maior que os recursos
81 disponíveis. Portanto, não há distinção entre a Administração Pública e Terceiro
82 Setor, sendo os recursos destinados conforme a classificação de cada projeto no
83 Edital. Raul explicou que o último Edital (2021) estabelece múltiplos filtros até o
84 Resultado Final para a reunião do Conselho Gestor e após os projetos terem
85 cumprido a análise técnica, que é de uma empresa do próprio Governo do Estado de
86 São Paulo, a CDHU, auxiliando na correção das inconsistências dos projetos que
87 não estavam de acordo. Dos 450 projetos recebidos para o Edital 2021, cerca de
88 110 projetos foram inabilitados porque, apesar do tempo de correção fornecido, não
89 conseguiram atender os requisitos mínimos do Edital. Cada projeto analisado passa

90 pela avaliação de 3 Conselheiros (as), que darão notas dentro dos eixos e critérios
91 que estão em Edital, para por fim, ser feita uma média das notas para classificação.
92 Raquel questionou como funciona o cadastro prévio de entidades. Elnatan
93 respondeu que o cadastro prévio é para as entidades que farão parte do Conselho
94 Gestor e a partir do Edital de credenciamento, o Presidente do Conselho Gestor
95 escolhe a entidade que fará parte do Conselho — sendo três entidades da
96 Sociedade Civil que participam atualmente. Roberto perguntou como é realizado o
97 acompanhamento dos projetos pós-aprovação. Elnatan respondeu que há uma
98 Equipe Técnica na Secretaria de Justiça para acompanhar os projetos, sendo no
99 total 8 pessoas que trabalham no FID/SP — 01 pessoa no Expediente do FID; 02
100 pessoas Análise de Documentação; 03 Técnicos para vistoria —, realizando visitas,
101 verificando prazos de vencimento dos convênios, desvios de finalidades, prestação
102 de contas e outros serviços. Segundo Raul, as ocorrências de não conformidade são
103 relatadas nas reuniões do Conselho Gestor para que decidam quais as medidas a
104 serem adotadas quanto aquele município. **6. Informes da Secretaria Executiva:**
105 Sem informes da Secretária Executiva. **7. Encerramento:** Em conclusão, Naira
106 agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a Reunião Ordinária do
107 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos do Paraná. A
108 presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.